

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	7
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	9
---	---

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	21
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	22
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	10
1.01	Ativo Circulante	10
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	10
2.01	Passivo Circulante	108
2.01.05	Outras Obrigações	108
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	108
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	108
2.03	Patrimônio Líquido	-98
2.03.01	Capital Social Realizado	10
2.03.01.01	Capital Social	10
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-108

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-15
3.03	Resultado Bruto	-15
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-93
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-93
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-88
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-108
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-108
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-108
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-108
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	-10,8

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-108
4.03	Resultado Abrangente do Período	-108

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-108
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-108
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício	-108
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	108
6.01.02.06	Sócios, administradores e pessoas ligadas	108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	108
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10
6.03.01	Integralização de Capital	10
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	0	0	10
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	0	0	10
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-108	0	-108
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-108	0	-108
5.05.02.06	Prejuízo do Período	0	0	0	-108	0	-108
5.07	Saldos Finais	10	0	0	-108	0	-98

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-15
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88
7.03	Valor Adicionado Bruto	-103
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-103
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-103
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-103
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5
7.08.02.01	Federais	5
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-108
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-108

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-NEXOOS (“Companhia”).

1. Contexto Organizacional

A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2018 por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada naquela data e cuja ata foi registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 17 de abril de 2018, sob o nº 35.300.515.528, que deliberou sobre e aprovou por unanimidade: **(i)** a constituição e a denominação social da Companhia como sendo COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VERT-NEXOOS; **(ii)** a definição do capital social da Companhia em R\$ 10.000,00 (dez mil reais); **(iii)** a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; **(iv)** a redação do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”; e **(vii)** a autorização concedida aos Diretores para que fosse obtido o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na categoria B, nos termos da Instrução CVM 480/09.

A Companhia tem como objeto social: **(a)** a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda. ou sociedades que compõem seu grupo econômico, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00; **(b)** a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; e **(c)** a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas.

Houve a concessão de registro de companhia aberta concedido pela CVM em 28 de agosto de 2018.

Em 14 de novembro de 2018, houve a emissão de debêntures no montante total equivalente a R\$20.000.000,00 (vinte milhões) sem que houvesse, no entanto, sua subscrição e integralização (“Emissão”).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As Diretoras acreditam que enquanto a Companhia estiver pré-operacional, haverá impacto negativo em suas demonstrações financeiras, que deverá ser equalizado a partir do momento em que a Emissão for subscrita e integralizada.

2. Situação sobre as condições econômicas da Companhia

A Companhia pretende vincular à Emissão, recebíveis gerados a partir de empréstimos realizados por meio da plataforma gerenciada pela Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda.

2.1. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos

Nos termos do artigo 31 do Estatuto Social, no encerramento do exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas por lei, observando-se, quanto à distribuição de resultado apurado, as seguintes regras:

- (i) Dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e
- (ii) Distribuição do lucro líquido do exercício, da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (c) o saldo, se houver, após as destinações supra, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

2.2. Emissão de dívida

Foram emitidas 20.000 debêntures com valor nominal unitário equivalente a R\$1.000,00 sem que houvesse sua subscrição e integralização.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade. Neste sentido, não houve investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

4. Projetos desenvolvidos

A Companhia ainda não realizou nenhuma operação desde a sua fundação.

Destacamos que, com o objetivo de melhor atender os seus futuros clientes, a Companhia vem concentrando os seus esforços para o desenvolvimento e implementação de controles, processos e procedimentos.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia informa que não possui nenhum vínculo com os auditores independentes ou qualquer parte relacionada a eles, não havendo, portanto, a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

6. Considerações finais e perspectivas

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir com as suas obrigações de curto e médio prazo.

Os acionistas já integralizaram a totalidade do capital social da Companhia.

Neste sentido, a Companhia entende que a capitalização atual parece ser suficiente para implementação do plano de negócios da Companhia, bem como para assegurar as despesas relacionadas a uma eventual primeira emissão de títulos incorridas anteriormente ao recebimento das receitas pela realização da referida emissão.

Notas Explicativas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos:

Administradores e Acionistas da

Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05 de abril de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 05 de abril de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Notas Explicativas

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2018 e encontra-se em fase pré-operacional, até a presente data. Desta forma, não foram identificados principais assuntos de auditoria que requeresse a sua divulgação.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 05 de abril de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Notas Explicativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Notas Explicativas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-NEXOOS¹ para o período de 05 de abril de 2018 (início das atividades) a 31 de dezembro de 2018.

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-NEXOOS (“Companhia”) registrada como companhia aberta na categoria “B” junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sob o N° 24520, com o registro concedido em 28 de agosto de 2018, e cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a VERT Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Nexoos do Brasil Tecnologia e Serviços Ltda. ou sociedades que compõem seu grupo econômico, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN n° 2.686/00; (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; e (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas.

A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2018 e ainda não deu início às suas operações. No entanto, está confiante que vai iniciar com sucesso suas operações em face da tendência do mercado de securitização.

Estas demonstrações contábeis foram autorizadas em Assembleia Geral de Constituição, realizada em 05 de abril de 2018, no qual foram deliberados e aprovados por unanimidade a (i) a constituição e a denominação social da Companhia como sendo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-NEXOOS; (ii) a definição do capital social da Companhia em R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (iii) a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; (iv) a redação do Estatuto Social da Companhia; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”; e (vii) a autorização concedida aos Diretores para que fosse obtido o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na categoria B, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009. No âmbito das deliberações da Assembleia Geral, principalmente frente à deliberação da obtenção do registro de Companhia Aberta, a administração da Companhia aprovou a divulgação das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentadas em milhares de reais conforme a moeda funcional da Companhia (Real), as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei no 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1. Bases de mensuração

As informações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, com risco insignificante de mudança no valor justo. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

Notas Explicativas

3.3 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.4 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2018
Banco conta movimento	10
	10

5. Partes relacionadas

O saldo passivo com sócios, administradores e pessoas ligadas referem-se a despesas da Companhia que foram pagas pela Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. e que serão reembolsadas ainda em 2018, conforme Instrumento Particular de Consultoria Financeira e Outras Avenças.

	31/12/2018
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda (passivo)	108
	108

Notas Explicativas

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito emitido em 05 de abril de 2018 é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias. O capital social está distribuído entre os acionistas conforme abaixo:

	Número de ações ordinárias	% de participação
Vert Participações Ltda.	9.999	99.99
Vert Créditos Ltda.	1	0.01
	10.000	100.00

6.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

7. Custo dos serviços prestados

05/04/2018 a
31/12/2018

Taxas CVM	(15)
	(15)

Notas Explicativas

8. Despesas operacionais por natureza

05/04/2018 a
31/12/2018

Auditoria	(40)
Assessoria contábil	(26)
Consultoria	(1)
Serviços pessoa jurídica	(2)
Anúncios e publicações	(17)
Cartórios	(2)
Impostos e taxas diversas	(5)
	(93)
Classificadas como	
Gerais e administrativas	(88)
Despesas tributárias	(5)
	(93)

9. Eventos subsequentes

Não houve evento subsequente passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 - Evento Subsequente.

10. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 28 de março de 2019.

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Não há outras informações que a Companhia entenda relevantes que não tenham sido fornecidas nos itens anteriores.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos:
Administradores e Acionistas da
Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 05 de abril de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Nexoos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 05 de abril de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. A Companhia foi constituída em 05 de abril de 2018 e encontra-se em fase pré-operacional, até a presente data. Desta forma, não foram identificados principais assuntos de auditoria que requeira a sua divulgação.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 05 de abril de 2018 (data da constituição da Companhia) à 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2019

Jefferson Coelho Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado o Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras apresentadas.

Victoria de Sá
Diretora Presidente

Martha de Sá Pessoa
Diretora de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores abaixo qualificados declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Victoria de Sá
Diretora Presidente

Martha de Sá Pessoa
Diretora de Relações com Investidores